

A Indústria e o Brasil:

Uma Agenda para o Crescimento

Esse documento, aprovado pela Diretoria da CNI, resultou das contribuições de inúmeros empresários industriais e das instituições empresariais da indústria – federações e associações setoriais. As sugestões apresentadas foram debatidas nos Conselhos Temáticos da CNI, a seguir mencionados, que contribuíram para a construção das recomendações e propostas apresentadas.

<i>Assuntos Legislativos</i>	Presidente Armando de Queiroz Monteiro Neto
<i>Infra-Estrutura</i>	Presidente José Carlos Gomes Carvalho
<i>Integração Internacional</i>	Presidente Osvaldo Moreira Douat
<i>Integração Nacional</i>	Presidente Fernando de Souza Flexa Ribeiro
<i>Meio Ambiente</i>	Presidente Stefan Bogdan Salej
<i>Política Econômica</i>	Presidente Horacio Lafer Piva
<i>Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico</i>	Presidente José de Freitas Mascarenhas
<i>Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social</i>	Presidente Dagoberto Lima Godoy

DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Presidente	Fernando Luiz Gonçalves Bezerra
1º Vice-presidente	Carlos Eduardo Moreira Ferreira
Vice-presidentes	Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira Dagoberto Lima Godoy Stefan Bogdan Salej José de Freitas Mascarenhas José Carlos Gomes Carvalho Armando de Queiroz Monteiro Neto Osvaldo Moreira Douat Fernando de Souza Flexa Ribeiro Antônio José de Moraes Souza José Bráulio Bassini Arthur João Donato
1º Secretário	Lourival Novaes Dantas
2º Secretário	Francisco de Assis Benevides Gadelha
1º Tesoureiro	Fernando Cirino Gurgel
2º Tesoureiro	Jorge Elias Zahran
Diretores	Antonio Fábio Ribeiro Abelírio Vasconcelos da Rocha Carlos Antônio de Borges Garcia Antônio Conceição Cunha Filho Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho José Nasser Idalito de Oliveira Danilo Olivo Carlotto Remor João Oliveira de Albuquerque Francisco Renan Oronoz Proença Santiago Ballesteros Filho Jorge Aloysio Weber Milton Fett Alfredo Fernandes Adalberto de Souza Coelho Miguel Vita
Conselho Fiscal	
Titulares:	Miguel de Souza Ronaldo Dimas Nogueira Pereira Carlos Salustiano de Sousa Coêlho



Confederação Nacional da Indústria

A Indústria e o Brasil:

Uma Agenda
para o Crescimento

Brasília

2002

© 2002 Confederação Nacional da Indústria

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

Confederação Nacional da Indústria – CNI

SBN Quadra 01 Bloco C – 17º andar

70040-903 Brasília – DF

Tel.: (61) 317-9000

Fax: (61) 317-9500

<http://www.cni.org.br>

E-mail: sac@cni.org.br

CNI

A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento. Sumário. Brasília, 2002.
19 p.

Inclui quadros temáticos

ISBN: 85-88566-12-5

1. Política industrial. 2. Política tecnológica. 3. Política de comércio exterior.
4. Desenvolvimento industrial. 5. Competitividade. 6. Negociação internacional.
7. Reforma tributária.

CDD 338.0981

Apresentação

As eleições presidenciais de outubro de 2002 estimularam a Confederação Nacional da Indústria a realizar um amplo trabalho de identificação da agenda da indústria para o País. O documento *A Indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento* é o resultado desse trabalho.

Esse documento é produto das contribuições de numerosos empresários e organizações empresariais da indústria – federações e associações setoriais. Uma consulta direta a mais de 2.000 empresas de todo o País identificou os principais temas e prioridades, bem como questões específicas sobre exportação e tecnologia. Os Conselhos Temáticos da CNI desenvolveram um trabalho inestimável na construção das recomendações e das propostas aqui apresentadas.

Este trabalho dá continuidade a uma tradição que a CNI iniciou em 1994: a de apresentar, no início de cada governo, sua visão sobre a agenda para o País. A grande diferença é que, desta feita, a CNI entrega o seu trabalho à sociedade, partidos políticos e presidencialistas antes das eleições.

Isso não ocorre por acaso. É compreensão da CNI que, após o processo de reformas dos anos 90, o Brasil tem dois desafios: manter as conquistas alcançadas e criar condições para a superação do baixo e oscilante crescimento, a grande frustração do período. Com a divulgação da sua visão sobre o Brasil e o papel da indústria, a CNI deseja estimular um debate qualificado com os candidatos à Presidência da República orientado para esses objetivos.

A mensagem da indústria é que o Brasil, sem incorrer em voluntarismos, tem capacidade de construir estratégias, transformar instituições e mobilizar instrumentos voltados para garantir um novo ciclo de crescimento, com redução da pobreza e da desigualdade. É este o desafio que a indústria apresenta aos candidatos a presidir nosso País.

FERNANDO BEZERRA

Presidente da Confederação Nacional da Indústria

A VISÃO DE BRASIL

A indústria brasileira tem ambição. A sua visão de Brasil é a de um País capaz de superar a pobreza e desigualdade sobre as bases de uma sociedade democrática e de uma economia de mercado competitiva. Essa economia deve estar integrada aos fluxos de comércio, investimentos e conhecimento mundiais e ancorada em uma plataforma manufatureira de elevada produtividade e capacidade de inovação.

O elo que une estes sonhos é a capacidade de crescer de forma expressiva e sustentável. Esta possibilidade existe. Para que se concretize, é preciso respeitar as lições do passado e adotar ações sistemáticas dirigidas ao crescimento. O passado transmite mensagens fortes: instabilidade macroeconômica e excesso de regulações, intervenções e proteções são inimigos do crescimento sustentável.

Evitar a repetição de erros não é suficiente. A agenda do crescimento vai além da estabilidade e do respeito aos fundamentos econômicos. O crescimento precisa ser conscientemente buscado. É um trabalho árduo. Não será alcançado através de exortações e manifestações de desejos. Exige visão estratégica, ações em múltiplas direções e coalizões políticas com capacidade de garantir a sua implementação, integrando empresas, setores e regiões às oportunidades de crescimento mais dinâmicas.

A agenda do crescimento vai além da estabilidade e do respeito aos fundamentos

Fundamentos econômicos sólidos: um pré-requisito

- ▶ Equilíbrio fiscal sustentado
- ▶ Estabilidade de preços
- ▶ Superação da vulnerabilidade externa
- ▶ Aumento da poupança interna
- ▶ Respeito às regras de mercado

TRANSFORMANDO PROBLEMAS EM OPORTUNIDADES

O principal desafio é romper o ciclo de crescimento reduzido e volátil dos últimos anos. Na raiz desta volatilidade se localiza a fragilidade macroeconômica do País, em especial sua alta sensibilidade às oscilações do mercado financeiro internacional. Transformar a dependência excessiva da poupança externa em oportunidade exige uma clara e nítida prioridade ao setor externo, com ênfase nas exportações. Esta é a escolha que articula a estratégia de longo prazo com as atuais restrições macroeconômicas. A capacidade de se criar as condições para o crescimento de longo prazo não pode prescindir do crescimento da produtividade e de investimentos expressivos em educação e conhecimento. Estes são os principais vetores do crescimento com inclusão social.

O crescimento econômico é uma condição necessária para reduzir a pobreza. Sem crescimento, não há esperança de diminuir a miséria. Mas o crescimento sozinho não é suficiente. Mesmo em um país que cresce, a velocidade de diminuição dos bolsões de pobreza depende de um conjunto de políticas sociais bem focalizadas nos próprios pobres.

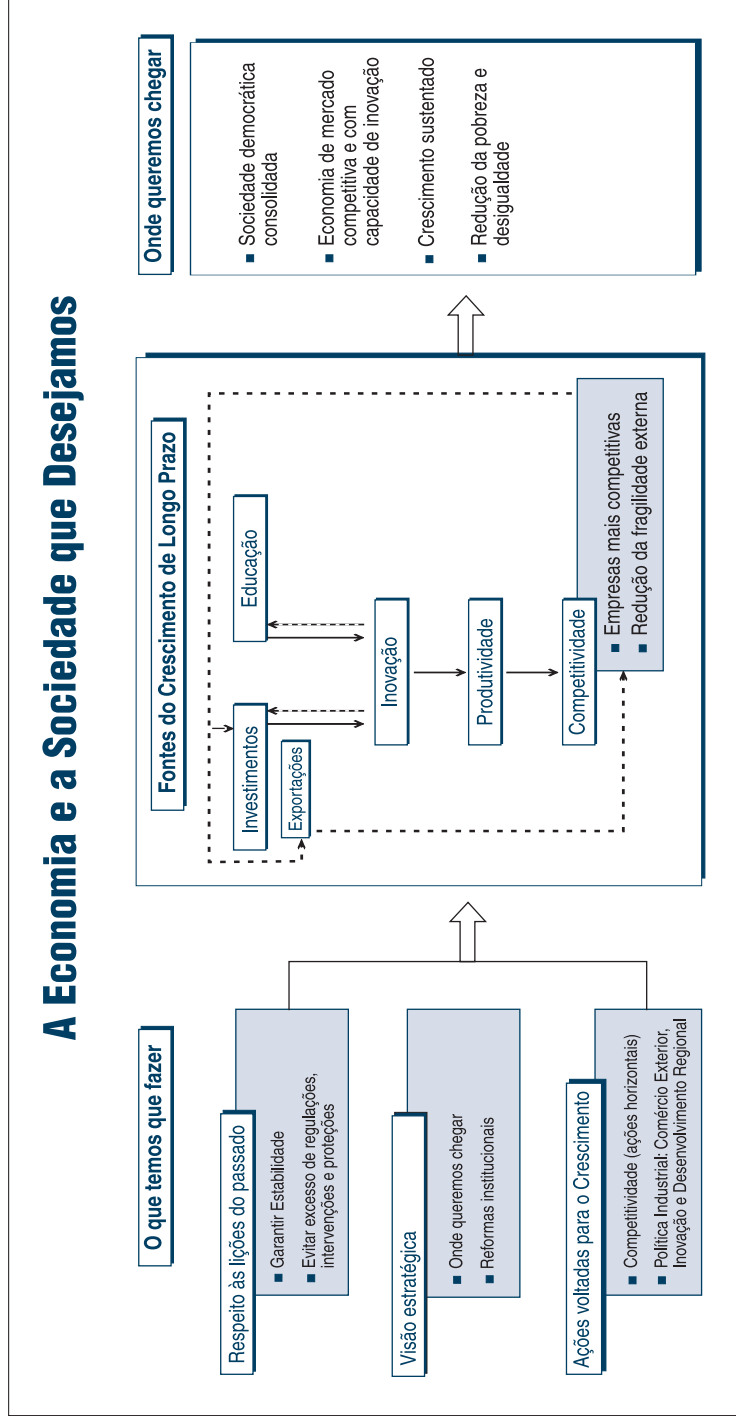
TER UMA INDÚSTRIA FAZ A DIFERENÇA

Nesta sociedade em transformação, a indústria tem um papel estratégico. O Brasil precisa ter claro que é imprescindível manter o seu parque industrial. A indústria é a principal responsável pela produção e difusão do avanço tecnológico, com impacto nos demais setores da economia, e contribui, de forma significativa, na geração de empregos e divisas.

É falsa a visão de que com o crescimento dos serviços a perda da importância da indústria seria uma tendência irreversível. Parcela importante dos serviços existentes nas economias desenvolvidas são direta e indiretamente resultantes de um setor industrial expressivo.

É básico, portanto, reconhecer que um projeto de desenvolvimento não pode prescindir da consolidação de um setor industrial dinâmico. A afirmação do Brasil como um dos principais pólos manufatureiros da economia mundial exigirá, além da continuidade

A Economia e a Sociedade que Desejamos



dos esforços em direção a maior eficiência, uma crescente inovação de processos e produtos, uma política deliberada de abertura de mercados externos e a capacidade de beneficiar-se da aplicação das modernas tecnologias de informação a todos os setores da economia.

ALÉM DA ESTABILIDADE

Para construir a agenda de crescimento o Brasil precisa ultrapassar os falsos dilemas sobre a necessidade de contar com uma Política Industrial. As heranças do passado ainda estão presentes em muitos países, mas a Política Industrial não mais se resume em subsidiar ou proteger empresas e indústrias das pressões por ajustamento. Ela busca construir ambientes que expandam a competitividade da economia e a capacidade das empresas para avançar na direção das novas oportunidades.

O Brasil não escapa a esta tendência. Enfrentar os desafios da economia do século XXI com os mesmos objetivos e instrumentos das décadas de 50 a 80 é um convite ao retrocesso econômico. Não dispor de estratégia, objetivos e instrumentos capazes de gerar as ferramentas para defrontar-se com os novos desafios da economia do século XXI é perder oportunidades de ampliação do potencial de crescimento.

O Brasil precisa evitar o primeiro erro e criar condições para implantar a sua visão estratégica. Nenhum país pode se omitir diante das transformações da indústria decorrentes do processo de globalização, da competição crescente e das transformações tecnológicas.

Existe um amplo consenso sobre o que não devemos fazer. A indústria não espera o retorno generalizado de políticas substitutivas de importações ancoradas em instrumentos de proteção; nem o uso indiscriminado de subsídios e de interferências generalizadas no sistema de preços e o desprezo à estabilidade macroeconômica e à eficiência.

O Brasil precisa ultrapassar os falsos dilemas sobre a necessidade de contar com uma Política Industrial

O FOCO DA POLÍTICA: A COMPETITIVIDADE

Sobre o futuro há crescente convergência quanto a objetivos e incertezas quanto à mobilização e articulação dos instrumentos. O foco da Política Industrial deve ser o de elevar a competitividade da economia doméstica em um cenário de crescente integração à economia global.

Esta orientação não prescinde da ação do Estado. Exige-a de uma outra forma com menor interferência nas decisões de produção e maior ênfase na criação de um ambiente favorável à operação e ao investimento das empresas. Tais ações demandam urgência. Tempo é competitividade.

AS MISSÕES DA POLÍTICA INDUSTRIAL

Uma das missões da Política Industrial é criar condições adequadas à inserção competitiva das empresas na economia global. O Governo dispõe de um conjunto amplo de instituições, legislações e estruturas regulatórias que afetam o dia a dia das empresas.

A qualidade dessas regras foi colocada sob foco após a intensificação do processo de integração à economia mundial. Tributos cumulativos, taxas de juros elevadas, normas trabalhistas obsoletas e infra-estrutura física e social deficientes apresentam um custo mais elevado em um regime de economia aberta. Os efeitos sobre a produção e o emprego domésticos são imediatos. Isto exige do sistema administrativo e político ações mais rápidas e um compromisso com os efeitos sobre a competitividade das suas políticas.

A reforma tributária e a implantação de um modelo de relações de trabalho que combine flexibilidade com segurança são reformas prioritárias para viabilizar plenamente o potencial de crescimento do País.

O foco da Política Industrial deve ser o de elevar a competitividade

A agenda para a competitividade

- ▶ Reforma tributária
- ▶ Financiamento de longo prazo
- ▶ Reforma das relações do trabalho
- ▶ Infra-estrutura
- ▶ Regulação
- ▶ Meio Ambiente

A política de comércio exterior deve assumir papel de destaque como eixo da Política Industrial

A concepção e implementação dessa agenda estão dispersas em diferentes ministérios e agências, não raro, operando com objetivos conflitantes. Desconectadas de preocupações com competitividade e operando com baixo grau de coordenação, constituem-se em uma das principais barreiras ao crescimento empresarial. Da avaliação desse processo resulta uma mensagem: a Política Industrial tem que ser uma política de Governo. Não é apenas produto da vontade de um Ministério.

A outra missão da Política Industrial – que tem sido relegada a um plano secundário – tem relação com a sua capacidade de afetar a dinâmica da estrutura de produção e dos mercados. Um dos principais desafios é articular os objetivos de Política Industrial de modo que eles fortaleçam a estabilidade macroeconômica no longo prazo. A persistência de elevados déficits em transações correntes fornece um roteiro para a construção de políticas macroeconômica e industrial que se reforcem mutuamente.

PRIORIDADE ÀS EXPORTAÇÕES

Melhorar o desempenho das contas externas é condição essencial para afastar uma decisiva restrição à retomada do crescimento econômico sustentado. Isso requer a criação de um ambiente que favoreça a competitividade dos produtos nacionais em relação aos nossos principais concorrentes

Desafios da Agenda de Competitividade

Tributação

- Fazer a reforma tributária

Financiamento

- Reduzir a taxa básica de juros
- Reduzir os *spreads* bancários
- Desenvolver o mercado de capitais
- Aumentar a oferta de crédito de longo prazo ao setor industrial
- Assegurar pleno acesso ao crédito às micro, pequenas e médias indústrias

Relações de Trabalho

- Promover mais negociação e menos legislação
- Reconhecer outras formas de contratação
- Reduzir as despesas de contratação
- Elevar a qualificação e capacitação da força de trabalho

Meio Ambiente

- Aperfeiçoar leis, regulamentos e padrões ambientais
- Adequar a infra-estrutura do Sistema Nacional de Meio Ambiente
- Aperfeiçoar a política nacional de educação ambiental
- Elaborar, aprovar e implementar a política nacional de biodiversidade
- Assegurar a implementação da política nacional de recursos hídricos e de sua agência reguladora
- Assegurar o gerenciamento integrado da política de resíduos sólidos
- Assegurar a prevalência de instrumentos voluntários de gestão ambiental – auditoria, rotulagem e certificação
- Estimular a criação de linhas de financiamento para investimentos ambientais
- Estimular a adoção de sistemas de gestão ambiental e tecnologias mais limpas
- Implementar os mecanismos de proteção da atmosfera

Regulação

- Aperfeiçoar a legislação de Defesa da Concorrência
- Estabelecer regras claras buscando estimular a competição e investimentos na oferta dos serviços públicos

Infra-Estrutura

- **Sistema Portuário:** Aproximar o custo e o tempo de movimentação dos portos brasileiros aos padrões internacionais
- **Transporte Marítimo:** Aumentar a movimentação de cargas no transporte de cabotagem
- **Transporte Ferroviário:** Aumentar a qualidade do sistema ferroviário
- **Transporte Rodoviário:** Recuperar a infra-estrutura viária e aumentar a segurança nas estradas
- **Transporte Hidroviário:** Aumentar a participação das hidroviárias no transporte de cargas
- **Transporte Aéreo:** Aproximar o custo de operação das empresas aéreas aos padrões internacionais
- **Transporte Multimodal:** Implementar o transporte multimodal no País
- **Energia Elétrica:** Garantir a expansão do parque gerador
- **Petróleo e Gás Natural:** Aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira
- **Saneamento Básico:** Criar condições para a ampliação do investimento privado em saneamento básico

estrangeiros nos mercados externo e interno. E exige também que as políticas públicas emitam os sinais corretos para que as empresas considerem as exportações um componente permanente e essencial de sua estratégia de crescimento. Para tanto, a política de comércio exterior deve assumir papel de destaque como eixo da Política Industrial e as estratégias do Brasil nas mesas de negociações comerciais internacionais devem ser compatíveis com estes objetivos.

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

- ▶ Conferir prioridade estratégica às exportações
- ▶ Dotar a política industrial de viés pró-exportador
- ▶ Apoiar projetos de substituição competitiva de importações
- ▶ Promover a desoneração tributária das exportações
- ▶ Desburocratizar as operações de exportação
- ▶ Melhorar o acesso das empresas ao financiamento às exportações
- ▶ Racionalizar a estrutura tarifária
- ▶ Dar prioridade à abertura de mercado nas estratégias brasileiras para as negociações internacionais
- ▶ Assumir a liderança na retomada do projeto do Mercosul
- ▶ Promover a participação social e a legitimidade nas negociações comerciais

Além da política de exportação, o novo roteiro da Política Industrial passa pelas políticas tecnológica e de desenvolvimento regional e pelas ações para a competitividade. O elo de ligação é a criação de condições sistêmicas e setoriais de competitividade global

de modo a apoiar decisões de produção e investimentos para explorar as oportunidades nos mercados globais e desenvolver investimentos intensivos em inovação e nas novas fronteiras do conhecimento. O eixo da estratégia é a competitividade.

EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

A inovação tecnológica, como principal motor do aumento da produtividade, é estratégica para as empresas brasileiras. É fundamental para elevar a sua capacidade de atuar na competição global, expandindo a sua participação nos mercados interno e externo.

Os ganhos de produtividade proporcionados por investimentos em desobstrução de gargalos, reposição de equipamentos e reorganização gerencial já mostram sinais de esgotamento. A reversão desse desempenho, com a retomada de uma trajetória de crescimento das taxas de produtividade, dependerá da intensidade do processo de inovação nas empresas. O padrão de crescimento da economia brasileira será determinado fundamentalmente pela educação e conhecimento.

A inovação e as oportunidades da economia da informação e do conhecimento são variáveis críticas para o sucesso nessa nova etapa. Mesmo nas atividades tradicionais e naquelas que transformam a nossa base de recursos naturais – um ativo do País que não pode ser ignorado – o desafio é trazer para o processo produtivo os recursos da sociedade do conhecimento, ser mais produtivo e competitivo e agregar mais valor à produção.

A contribuição da educação para a nova sociedade vai além do seu impacto na economia. É o ponto central da agenda de desenvolvimento social e de redução das desigualdades. No Brasil que se projeta é inaceitável a persistência de dois países convivendo em um mesmo território.

A inovação e as oportunidades da economia da informação e do conhecimento são variáveis críticas para o sucesso nessa nova etapa

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO

- ▶ Assegurar a estabilidade das regras e simplificar os procedimentos de acesso aos instrumentos de apoio
- ▶ Assegurar financiamento às diversas atividades de inovação
- ▶ Assegurar tratamento tributário adequado à inovação
- ▶ Incrementar a formação de redes e parcerias
- ▶ Ampliar expressivamente a interação universidade e centros de pesquisa com as empresas
- ▶ Elevar o nível de escolaridade e de qualificação do capital humano
- ▶ Ampliar o acesso à informação
- ▶ Reestruturar os sistemas de proteção à propriedade intelectual
- ▶ Reforçar o sistema de apoio à tecnologia industrial básica
- ▶ Estimular a inovação através da política de compra do Estado
- ▶ Aperfeiçoar a gestão e o foco da aplicação dos recursos públicos em inovação
- ▶ Desenvolver um programa estratégico para a inserção na economia do conhecimento

A DIMENSÃO REGIONAL

O objetivo da integração nacional deve estar na origem de uma nova política de desenvolvimento. Recuperar o dinamismo das regiões e áreas de menor vigor econômico e integrá-las ao espaço econômico brasileiro deve ser um dos aspectos prioritários de um programa nacional que busque o desenvolvimento com inclusão social, posto que a redução das disparidades sociais do País não pode ser alcançada inde-

pendentemente da redução dos desequilíbrios regionais que originam grande parte das desigualdades sociais.

A política de desenvolvimento regional deve estar articulada com a política de desenvolvimento do País. É necessário criar condições locais de competitividade para promover seu desenvolvimento sem violentar as vocações naturais de cada região, mas introduzindo novos elementos que levem dinamismo ao espaço econômico local e regional. Os mecanismos e instrumentos da política regional devem, portanto, ter como meta a construção de sistemas econômicos eficientes, voltados ao aproveitamento das vantagens e potencialidades de cada região, atentando às suas particularidades, de forma a integrá-las ao mercado nacional e internacional.

OS DESAFIOS DA POLÍTICA REGIONAL

- ▶ Melhorar as condições de infra-estrutura nas regiões com defasagem econômica
- ▶ Eliminar distorções tributárias que reduzem a capacidade competitiva dos produtos das regiões
- ▶ Melhorar as condições de financiamento nas regiões com defasagem econômica
- ▶ Inserção competitiva das regiões menos desenvolvidas no mercado doméstico e internacional
- ▶ Aumentar a geração e a transferência de tecnologia para as regiões com defasagem econômica
- ▶ Melhorar as condições sócio-econômicas das regiões

Instrumentos da política regional devem ter como meta a construção de sistemas econômicos eficientes

O COMPROMISSO COM A INCLUSÃO SOCIAL

O crescimento econômico é imprescindível para a superação dos problemas da desigualdade e pobreza. A natureza destes desafios exige, no entanto, políticas focalizadas. O aumento da qualidade e da eficiência das políticas sociais é essencial. O ataque à precariedade do capital humano, pela via da educação, é decisivo para a redução das desigualdades.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL

- ▶ Transformar “gastos sociais” em gastos sociais
- ▶ Priorizar o aprimoramento do capital humano
- ▶ Focalizar melhor os recursos
- ▶ Reforçar a rede de proteções mínimas
- ▶ Melhorar a qualidade das leis e simplificar sua utilização

UMA NAÇÃO É O QUE ELA É CAPAZ DE FAZER DE SI PRÓPRIA

Implementar a agenda do crescimento exige visão, determinação, organização e instrumentos. Recuperar o crescimento sustentado em bases mais expressivas representa a rota mais eficaz para privilegiar a produção e a geração de empregos no País. Isso exige condições de produção e de investimento compatíveis com aquelas existentes nos países concorrentes e elevação da produtividade das empresas. Esses são os requisitos para uma inserção exitosa da indústria à era das transformações tecnológicas, da globalização e da economia do conhecimento.

A indústria brasileira, alicerçada no crescimento da produtividade e submetida aos padrões normais da competição internacional, será capaz de gerar e sustentar níveis relativamente elevados de emprego e de remuneração do investimento e do trabalho. Ancorada

em seu vasto mercado interno, que deverá ser ampliado com a incorporação de mais brasileiros ao mercado e à cidadania, a indústria brasileira deverá estar integrada aos fluxos dinâmicos da economia mundial e apresentar crescentes coeficientes de exportação.

A construção do crescimento não se esgota em uma agenda econômica. A qualidade das instituições políticas e judiciais e as condições gerais de segurança são igualmente importantes.

Uma agenda de crescimento se forma a partir de visões. Uma Nação é o que ela é capaz de fazer de si própria. A mensagem da indústria é clara: sem incorrer no voluntarismo, o Brasil tem capacidade de construir estratégias, transformar instituições e mobilizar instrumentos voltados para o crescimento de longo prazo, com redução da pobreza e da desigualdade.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Coordenação Editorial

ASCOM/Assessoria de Comunicação Social

Normalização

UPET/Núcleo de Informação

Supervisão Gráfica

ADM/Área de Produção Gráfica

SAC-Serviço de Atendimento ao Cliente

RM/Unidade de Relações com o Mercado

R. Mariz e Barros, 678 – 2º andar

20270-002 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2204-9513 / 9514

Fax: (21) 2204-9522

e-mail: sac@cni.org.br

home page: <http://www.cni.org.br>